



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 9858522/2019-NUMAT/SELOG/DITEC/PF

Processo nº 08059.000150/2019-78

Dispensa de Licitação

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de café para atender às necessidades da DITEC/DPF, devido à empresa fornecedora não ter entregado 50% da quantidade de café, referente ao processo SEI: 08200.005661/2017-33, ARP 23/2017-SR/DF, 4485791, solicitada pelo NUMAT/SELOG/DITEC, 7150694, por motivo de impedimento no SICAF, 7386025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Unid	Qtd
1	<p>Café, em pó homogêneo, torrado e moído, constituídos de grão de café arábica tipo 2 a tipo 6 COB, com ausência de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos</p> <p>(PVA) e fermentados, 100% da espécie arábica de origem única ou blendados, com classificação de bebida de Mole ou Dura, aroma e sabor característico</p> <p>do produto, podendo ser Suave ou Intenso, ponto de torra moderadamente clara a moderadamente escura, acondicionada em embalagem de 500g, aluminizada</p> <p>a alto vácuo ou vácuo puro, com validade mínima de 12 (doze) meses, a partir da entrega pelo fornecedor, embalagem com no mínimo 10 e no máximo 20 pacotes,</p> <p>com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem com lacres e os selos de segurança nas embalagens de acordo com as normas</p> <p>relativa ao produto:</p> <ul style="list-style-type: none">• IN 16/2010 – MAPA, 24/05/2010;• Portaria MS/SVS/Nº 377, de 26/04/99;• Resolução 277/05, de 23 de setembro de 2005;• Resolução SAA-37, de 09/11/01, acrescida da SAA-07 de 11/03/2004 da SAAESP (Norma Técnica para Fixação da Identidade e Qualidade do Café Torrado em Grão e do Café Torrado e Moído), no que se refere especificamente à metodologia de prova dos atributos sensoriais e da qualidade global;• Instrução Normativa No. 08 do Ministério da Agricultura e a Portaria MS/SVS/Nº 377, de 26/04/99.	Pacote 500g	1600

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos materiais, acima elencados, atenderá às necessidades desta Diretoria de forma a suprir o estoque prejudicado pelo não cumprimento da obrigação e restrições, conforme item 1.1;

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1 O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço: **Núcleo de Material/SELOG/DITEC/DPF, localizada no Instituto Nacional de Criminalística, Térreo do Bloco B, no SAIS, Quadra 07, Lote 23 - Setor Policial Sul – no horário de 09:00 as 11:30 e 14:00 as 17:00 horas**

3.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, por servidor do NUMAT/SELOG/DITEC/PF, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação

das penalidades.

3.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da Contratante:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico.
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no item 1.1 deste Projeto Básico, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o objeto com avarias ou defeitos;
- d) comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente aquisição;
- f) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico;

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8. CONTROLE DA EXECUÇÃO

8.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas

com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a contratada que:

a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) Fraudar a execução do contrato;

d) Comportar-se de modo inidôneo;

e) Cometer fraude fiscal;

f) Não manter a proposta.

g) A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

2) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, **após o trigésimo** dia, sem prejuízo das demais penalidades;

3) Multa compensatória de **10% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

4) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

5) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos

6) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;

h) Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

1) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

2) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

3) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

i) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

j) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração,

observado o princípio da proporcionalidade.

k) Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) **dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

l) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília -DF, 08 de fevereiro de 2019.

ALDEMIR COSTA PINTO

Agente Administrativo

Responsável pelo NUMAT/SELOG/DITEC/PF

De Acordo.

Em ____ de ____ de 2019.

NIVALDO PONCIO

Perito Criminal Federal

Chefe do Serviço de Logística

APROVO o Projeto Básico e autorizo a abertura de procedimento licitatório para aquisição dos materiais.

Em ____ de ____ de 2019.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **ALDEMIR COSTA PINTO, Agente Administrativo**, em 08/02/2019, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO PONCIO, Chefe de Serviço**, em 08/02/2019, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Diretor(a)**, em 11/02/2019, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 9858522 e o código CRC 31D60E7C.

